

PREGÃO ELETRÔNICO

158123-90106/2024

CONTRATANTE (UASG-158123) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS MANHUAÇU

OBJETO

Aquisição de ferramentas agrícolas e agropecuárias para atendimento das demandas dos campi Manhuaçu e Juiz de Fora do IF Sudeste MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 47.747,92 (quarenta e sete mil setecentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 21/10/2024 às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM / NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	17
11. DOS RECURSOS	18
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	21
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

EDITAL**(UASG-158123) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS - CAMPUS MANHUAÇU****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90106/2024.**

(Processo Administrativo nº 23223.003083/2023-74)

Torna-se público que o(a) o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG- Campus Manhuaçu, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado Rodovia BR 116, Km 589,8 – Distrito Realeza – Manhuaçu /MG. CEP: 36909-300, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de ferramentas agrícolas e agropecuárias conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis

pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Todos os 57 (cinquenta e sete) itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.7.9. *peessoas jurídicas reunidas em consórcio;*

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
 - 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - 5.1.1. *valor unitário do item;*
 - 5.1.2. *Marca;*
 - 5.1.3. *Fabricante;*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 5.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas

necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:
 - 6.8.1. *Para ferramentas com o valor de referência até R\$100,00 (cem reais) o intervalo mínimo deverá ser de R\$0,10(dez centavos de real);*
 - 6.8.2. *Para ferramentas com o valor de referência entre R\$100,00 (cem reais) e R\$ 1.000,00 (mil reais) o intervalo mínimo deverá ser de R\$1,00(um real);*
 - 6.8.3. *Para ferramentas com o valor de referência acima R\$ 1.001,00 (mil e um reais) o intervalo mínimo deverá ser de R\$ 05,00 (cinco real);*
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores,

será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo....*

6.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 6.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em

seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de-para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por formato digital, via upload no sistema.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

- 8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.
- 8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
 - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 11.2.O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.ifsudestemg.edu.br/licitacoes#b_start=0.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.2. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.2.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 12.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
ou
 - 12.2.2.4. deixar de apresentar amostra;

- 12.2.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.2.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.2.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.2.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.2.5. fraudar a licitação
- 12.2.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.2.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.2.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.2.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.2.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 12.3.1. advertência;
 - 12.3.2. multa;
 - 12.3.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 12.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.4.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 12.5.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

- 12.5.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.2. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.4. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo email: licitacao.manhuacu@ifsudestemg.edu.br
- 13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico (<https://www.ifsudestemg.edu.br/licitacoes/manhuacu>).

14.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar.

14.12.2. ANEXO III - Planilha de itens.

14.12.3.]ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

14.12.4. ANEXO IV – (....)

Manhuaçu - MG, 24 de setembro de 2024.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

Termo de Referência 190/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
190/2024	158123-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	ERIKA CRISTIANE DA SILVA SANTOS	23/09/2024 13:50 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90238/2023	23223.003083/2023-74

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de ferramentas agrícolas e agropecuárias para atendimento das demandas dos campi Manhuaçu e Juiz de Fora do IF Sudeste MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seu anexo I:
- 1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).
- 1.1.2. Os quantitativos encontram-se previstos no anexo I deste termo.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de doze (12) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento disponíveis nos anexos 02 (PREVISÃO NO PCA 2024 -MNU) e 03 (PREVISÃO NO PCA 2024 -JF), deste Termo.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. No momento da entrega dos produtos, os mesmos devem ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços:

5.1.1. Campus Manhuaçu- Rodovia BR-116, KM 589,8 - Distrito de Realeza - CEP 36909-300 – Manhuaçu/MG. De terça a sexta das 08:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h.

5.1.2. Campus Juiz de Fora - Rua Bernardo Mascarenhas, 1283 - Bairro Fábrica Juiz de Fora - MG - CEP: 36080-001 - Segunda a Sexta das 09:00h às 16:00h.

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral, conforme os itens demandados pelo órgão.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 47.747,92

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 47.747,92 (quarenta e sete mil, setecentos e quarenta e sete reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela no ANEXO I.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 26411/155591;

II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 231482 (FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES);

IV) Elemento de Despesa: 339030-42;

V) Plano Interno: L20RLP0100N (GESTÃO ADMINISTRATIVA);

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Vigência e Prorrogação

11.1. O prazo de vigência da contratação é de doze (12) meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

12. Reajuste

- 12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 12.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. Obrigações do Contratante

- 13.1. São obrigações do Contratante:
- 13.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 13.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 13.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 13.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 13.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 13.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 13.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 13.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 13.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 13.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 13.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 13.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14. Obrigações do Contratado

- 14.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 14.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

- 14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 14.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 14.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 14.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 14.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 14.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 14.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 14.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 14.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 14.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 14.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 14.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 14.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 14.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

15. Garantia de Execução

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15.2. Os itens adquirido deverão ter prazo de garantia estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

16. Infrações e Sanções Administrativas

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (quinze) dias;
2. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para

facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

16.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

17. Extinção Contratual

17.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

17.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

17.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

18. Dos Casos Omissos

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

19. Alterações

- 19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 19.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 19.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. Foro

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Manhuaçu, Seção Judiciária de Manhuaçu/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

21. Da Formalização da Contratação

- 21.1. O adjudicatário terá um prazo estabelecido pela Administração, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 21.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 21.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital/termo de referência e seus anexos;
 - c) a contratada reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUAN RAFAEL EMERICK SILVA

Pregoeiro

ERIKA CRISTIANE DA SILVA SANTOS

Diretora de Administração e Planejamento



Assinou eletronicamente em 23/09/2024 às 13:50:23.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de FERRAMENTAS 2024.xlsx - Demandas.pdf (70.18 KB)
- Anexo II - 02 - PREVISAO NO PCA 2024 -MNU.pdf (418.92 KB)
- Anexo III - 03 - PREVISAO NO PCA 2024 - JF.pdf (508.07 KB)

**Anexo I - Planilha de FERRAMENTAS 2024.xlsx -
Demandas.pdf**

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
1	Peneira para Areia com Aro de Aço 55cm circular. Possui tela expandida em aço galvanizado, proporcionando alta durabilidade e resistência à corrosão/oxidação. Possui também aro em aço galvanizado, conferindo maior resistência à corrosão e evita fungos, bolor, cupins, insetos, pragas e outras contaminações comuns. Indicada para uso na construção civil para peneirar areia.	224607	Unidade	15		3		R\$ 57,02	R\$ 1.026,36	MNU - Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira JFA - Paula Graciele Silvestre Lucas
2	Pazinha em aço inox para jardim. Possui corpo em aço inox, garantindo maior durabilidade. Conta com cabo em madeira com acabamento envernizado. Material da pá Aço inox Comprimento 305 mm Largura 80 mm Material do cabo Madeira	449366	Unidade	15		5		R\$ 46,13	R\$ 922,60	MNU - Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira JFA - Paula Graciele Silvestre Lucas
3	RÉGUA DE PEDREIRO EM ALUMÍNIO REFORÇADA - 2,50m	373514	Unidade	2				R\$ 85,43	R\$ 170,86	Paula Graciele Silvestre Lucas
4	Pá Quadrada Com Cabo De Madeira De 71cm. A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, cortada a laser. É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Com pintura eletrostática a pó, para maior proteção contra oxidação.	470913	Unidade	5				R\$ 30,20	R\$ 151,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
5	Tambor metálico 200 litros Tampa Removível	268002	Unidade	10				R\$ 726,75	R\$ 7.267,50	Paula Graciele Silvestre Lucas
6	Balde Graduado em Inox 20 Litros com Bico. Capacidade: 20 Litros :: Inox 430 (11% a 20% cromo) :: Peso: 4,60 Kg Medidas (mm): 400 (A) x 430 (L)	613931	Unidade	5				R\$ 60,57	R\$ 302,85	Paula Graciele Silvestre Lucas
7	Vassoura Com Cabo Grosso Gari Piacava Madeira 60cm	363532	Unidade	5				R\$ 31,10	R\$ 155,50	Paula Graciele Silvestre Lucas
8	Trincha Média Cerda Gris Cabo Anzol 2 Polegadas	467559	Unidade	10				R\$ 8,00	R\$ 80,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
9	Trincha com cerdas gris 1 polegada	466338	Unidade	10				R\$ 4,15	R\$ 41,50	Paula Graciele Silvestre Lucas
10	Colher De Pedreiro 10 polegadas Em Aço E Madeira Material do cabo: Madeira Material da lâmina: Aço de alto carbono Comprimento da lâmina: 25.6 cm Comprimento total: 37.9 cm Largura total: 12.2 cm Altura total: 11 cm	441609	Unidade	15				R\$ 30,00	R\$ 450,00	Paula Graciele Silvestre Lucas

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
11	<p>Carrinho de ferramentas, 4 rodízios de 5", dois com freio. Rodízios: 5" = 12,70cm, Largura: 460mm, Comprimento: 690mm, Empunhadura: 80mm, Altura: 810mm . Altura dos Rodízios e Suporte Metálico Interior: 160mm. Com 380 peças: :: 1 Alicates Universal em CR-V 8"</p> <p>:: 1 Alicate de Corte Diagonal 6"</p> <p>:: 1 Alicate de Bico 6"</p> <p>:: 1 Alicate de Pressão CrV 10"</p> <p>:: 1 Alicate Bomba d'água de 10"</p> <p>:: 1 Alicate para Anel com 4 Cabeças Cambiáveis - 4 peças</p> <p>:: 1 Trena Métrica 2 metros</p> <p>:: 1 Alicate Rebitador Profissional de 10,5" com 4 pontas</p> <p>:: Jogo de Rebites: 50pcs de 2.4mm, 50pcs de 3.2mm, 50pcs de 4.0mm e 50pcs de 4.8 mm</p> <p>:: Jogo com 7 peças de Chaves:</p> <p># Fenda Cruzada: 3/16"x3", 1/4"x5", 5/16"x8"</p> <p># Fenda: 1/8"x3", 3/16"x4", 1/4"x5" e 5/16"x8"</p> <p>:: Jogo de Chaves Combinadas com 11pcs: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18 e 19 mm</p> <p>:: Jogo de Chaves Torks 10pcs: T9, T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45 e T50</p> <p>:: Jogo de Chaves Allen 10pcs: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5, 6, 8 e 10 mm</p> <p>:: Jogo de Brocas de Aço Rápido HSS 13pcs: 1.5, 2, 2.5, 3, 3.2, 3.5, 4, 4.5, 4.8, 5, 5.5, 6 e 6.5 mm</p> <p>:: Jogo de Brocas para Alvenaria 6pcs: 4, 5, 6, 7, 8 e 10 mm</p> <p>:: 2 Suportes de Broca</p> <p>:: Jogo de Soquetes em CR-V de 1/2" 8pcs: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 30 e 32 mm</p> <p>:: Jogo de Soquetes de 1/4" 11pcs: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 mm</p> <p>:: 2 Barras de Extensão: 5 e 10"</p> <p>:: 1 Barra T com 10"</p> <p>:: 2 Barras de Extensão de 1/4": 2 e 4"</p> <p>:: 1 Junta Universal de 1/4"</p> <p>:: 1 Bit Soquete Adaptador de 1/4"</p> <p>:: Jogo com 10 Soquetes: 5, 5.5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 mm</p> <p>:: 1 Adaptador de Bits</p> <p>:: 1 Haste de de Bits com Catraca</p> <p>:: 1 Chave Catraca de 1/2"</p> <p>:: 1 Chave Catraca de 1/4"</p> <p>:: Jogo de Bits com 50pcs de 25mm:</p> <p># Fenda: 3, 4, 5, 7, 8X4;</p> <p># Fenda Cruzada: 1X2, 2X2, 3X1</p> <p># Pozi Drive: PZ1, PZ2, PZ3</p> <p># Estrela: T10, T15, T20, T25, T27, T30</p> <p># Quadrada: S1, S2, S3;</p> <p># Hexagonal: 3X2, 4X3, 5X3, 6X3, 7X2</p> <p>:: Bits de 13pcs 50mm:</p> <p># Fenda: 4, 5, 6</p> <p># Fenda Cruzada: 0, 1, 2, 3</p> <p># Pozi: PZ1, PZ2, PZ3;</p> <p># Estrela: T10, T15, T20</p>	617113	Jogo	3				R\$ 4.599,00	R\$ 13.797,00	Paula Graciele Silvestre Lucas Daniel de Almeida e Souza
12	Jogo Chave Material: Aço Cromo Vanádio , Tipo: Allen , Aplicação: Serviços Gerais - Oficina , Componentes: 1.5 A 24 Mm. , Acabamento Superficial: Cromado	602204	Jogo	1				R\$ 36,06	R\$ 36,06	Paula Graciele Silvestre Lucas

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
13	Jogo de Ferramentas com 150 Peças 3 Chaves catracada (8x10 ; 12x13 ; 17x19 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 1/4" (medidas: 10 ; 11 ; 12 ; 13 ; 14 ; 15 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 3/8" (medidas: 4 ; 5 ; 6 ; 7 ; 8 ; 9 mm). 12 Chave combinada (medidas: 8 ; 9 ; 10 ; 11 ; 12 ; 13 ; 14 ; 15 ;16 ; 17 ; 18 ; 19 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 1/2" (medidas: 10 ; 12 ; 13 ; 14 ; 17 ; 19 mm) 7 soquetes estriado com encaixe de 1/2" (medidas: 20 ; 21 ; 22 ; 24 ; 27 ; 30 ; 32 mm) 4 soquetes de impacto com encaixe de 1/2" (medidas:23 ; 21 ; 19 ; 17 mm) 8 soquetes sextavado com encaixe de 1/2" (medidas: 7/16 ; 1/2 ; 9/16 ; 5/8 ; 11/16 ; 3/4 ; 13/16 ; 7/8 ") 4 soquetes estriado com encaixe de 1/2" (medidas: 1.1/4 ; 1.1 /16 ; 1" 15/16") 10 soquetes sextavados com encaixe de 3/8" (medidas: 5/32 ; 3/16 ; 7/32 ; 1/4 ; 9/32 ; 5/16 ; 11/32 ; 3/8 ; 7/16 ; 1/2") 10 soquetes sextavados com encaixe de 3/8" (medidas: 4 , 5 , 6 , 7 , 8 , 9 , 10, 11 , 12 , 13 mm) 11 soquetes sextavados com encaixe de 1/4" (medidas:9 , 10, 11 , 12 , 13 , 14 , 15 , 16 , 17 , 18 , 19 mm) 8 soquetes torx fêmea com encaixe de 1/4" (medidas: E8 , E10 , E11 , E12 , E14 , E16 , E18 , E20) 2 chaves de velas com encaixe de 1/4" (uma com a medida de 16 mm e outra de 21 mm) 1 chave adaptadora com cabo 1 junta com encaixe de 1/2" 1 junta com encaixe de 1/4" 1 junta com encaixe de 3/8" 1 extensão abalada com encaixe de 1/2" sem trava (medida de 5") 1 extensão abalada com encaixe de 3/8" sem trava (medida de 4") 1 extensão com encaixe de 1/4" com trava (medida de 6") 1 extensão com encaixe de 1/4" com trava (medida de 3") 1 extensão com encaixe de 1/2" com trava (medida de 10") 1 Catraca reversível com encaixe de 3/8" com trava 1 Catraca reversível com encaixe de 1/4" com trava 1 Catraca reversível com encaixe de 1/2" com trava 10 chave allen 1 adaptador para bits 7 bits torx com furo 7 soquete torx com encaixe de 1/4" medidas de (sem furos) T20 ; T30 ; T40 ; (com furos) T45 ; T50 ; T55 ; T60 3 soquetes de fenda com encaixe 1/4" (medidas: 4; 5.5 ; 6.5 mm) 3 soquetes philips com encaixe de 1/4" (medidas: 1 ; 2 ; 3 mm) 6 soquetes allen com encaixe de 1/4" (medidas: 3 ; 4 ; 5 ; 6 ; 8; 10 mm) 3 soquetes pozzi drive com encaixe de 1/4" (medidas: 1 ; 2 ; 3 mm)	617112	Jogo	1				R\$ 909,86	R\$ 909,86	Daniel de Almeida e Souza
14	Jogo Chave Material: Aço , Tipo: Estrela , Quantidade Peças: 7 , Aplicação: Oficina Mecânica / Carpintaria , Características Adicionais: Com Catraca Modelo Plana , Tamanho: 8x9, 8x10, 10x11, 12x13, 14x15, 16x18 E 17x19 Mm	405796	Jogo	1				R\$ 107,42	R\$ 107,42	Paula Graciele Silvestre Lucas
15	Chave Catraca Modelo: Reversível , Encaixe: 1/4 POL, Aplicação: Operações De Aperto E Desaperto De Parafusos	608902	Unidade	1				R\$ 28,21	R\$ 28,21	Paula Graciele Silvestre Lucas
16	Alicate Universal Material: Aço Cromo Vanádio , Material Cabo: Plástico , Tipo Cabo: Isolado , Tipo Corte: Diagonal , Comprimento: 5 PO	392517	Unidade	1				R\$ 32,49	R\$ 32,49	Paula Graciele Silvestre Lucas
17	Alicate Bico Material: Ferro Temperado , Acabamento Superficial: Zincado , Tipo: Reto , Comprimento: 180 MM	472120	Unidade	1				R\$ 71,00	R\$ 71,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
18	Alicate De Pressão Material: Aço , Abertura Da Boca: 48 MM, Características Adicionais: Normalizado, Fosfatizado , Comprimento: 210 MM, Aplicação: Utilizada Em Oficinas De Produção Armamento	606408	Unidade	1				R\$ 50,73	R\$ 50,73	Paula Graciele Silvestre Lucas
19	Alicate De Corte Material: Aço , Tipo Corte: Tesoura Catraca , Comprimento: 275 MM, Características Adicionais: Corte De Cabos De Cobre E Alumínio Até 240mm²	601900	Unidade	5				R\$ 149,56	R\$ 747,80	Paula Graciele Silvestre Lucas
20	Jogo Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Philips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000v Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL, Bitola Ponta Philips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6) PO	601980	Jogo	1				R\$ 101,75	R\$ 101,75	Paula Graciele Silvestre Lucas
21	Jogo Chave Material: Aço Vanádio , Tipo: Jogo De Chave Fenda, Philips E Alicates. , Quantidade Peças: 13 , Características Adicionais: Haste Isolada Para Carga De 1000v , Acessórios: Estojo	607236	Jogo	1				R\$ 149,00	R\$ 149,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
22	Caixa Plástica para ferramentas indicada para organizar, armazenar e transportar ferramentas, peças e acessórios em geral. A caixa de ferramentas deve possuir alça para transporte, fecho trava de metale uma bandeja removível. Comprimento mínimo: 440mm, largura mínima: 230mm, altura mínima: 200mm. Modelo de referência: Stanley 19-013 ou similar.	607834	Unidade	12		2		R\$ 99,00	R\$ 1.386,00	MNU - Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira JFA - Leandro Matos Riani
23	ARMADILHA PARA INSETOS. MODELO TIPO MCPHAIL. PARTE SUPERIOR (TAMPA) EM MATERIAL ACRÍLICO OU PLÁSTICO TRANSPARENTE. PARTE INFERIOR AMARELA. PRAGA-ALVO: MOSCA DAS FRUTAS.	476065	UNIDADE			5		R\$ 99,71	R\$ 498,57	Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
24	KIT ARMADILHA PARA INSETOS. MODELO TIPO DELTA (JACKSON) COM PISO ADESIVO. CADA ARMADILHA ACOMPANHA 1 TELHADO + 1 ARAME + 4 PISOS ADESIVOS. PRAGA-ALVO: MOSCA DAS FRUTAS.	476799	KIT			10		R\$ 29,32	R\$ 293,25	Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira
25	ARMADILHA PARA INSETOS. PARA BROCA-DO-CAFÉ. UTILIZAÇÃO: COLOCAR 1 LIBERADOR (SACHÊ) NO CENTRO DA ARMADILHA DE FUNIL. FINALIDADE: MONITORAMENTO POPULACIONAL E COLETA MASSAL.	603279	UNIDADE			5		R\$ 84,00	R\$ 420,00	Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira
26	RÉGUA DE PEDREIRO EM ALUMÍNIO REFORÇADA - 1,50m	329168	Unidade	2				R\$ 44,42	R\$ 88,84	Maria Erimestina Alves Fidelis
27	Pá Quadrada Com Cabo De Madeira De 71cm. A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, cortada a laser. É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Com pintura eletrostática a pó, para maior proteção contra oxidação.	470913	Unidade	2				R\$ 48,90	R\$ 97,80	Maria Erimestina Alves Fidelis
28	Bombona Plástica 200 litros Tampa Removível	616700	Unidade	10				R\$ 268,66	R\$ 2.686,60	Maria Erimestina Alves Fidelis
29	Bombona Plástica 50 litros Tampa Removível	465988	Unidade	10				R\$ 172,00	R\$ 1.720,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
30	Balde Graduado 20 l Plástico com alça metálica	325396	Unidade	2				R\$ 76,70	R\$ 153,40	Maria Erimestina Alves Fidelis
31	Vassoura Com Cabo Grosso Gari Piacava Madeira 60cm	363532	Unidade	2				R\$ 27,50	R\$ 55,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
32	Trincha Média Cerda Gris Cabo Anzol 2 Polegadas	467559	Unidade	6				R\$ 3,92	R\$ 23,52	Maria Erimestina Alves Fidelis
33	Trincha com cerdas pretas e cabo de madeira de 5 cm e 0,8 cm de espessura	297360	Unidade	1				R\$ 5,99	R\$ 5,99	Vívia Gemiliano Pinto
34	Trincha com cerdas brancas e cabo de plástico de 2"	467559	Unidade	1				R\$ 6,38	R\$ 6,38	Vívia Gemiliano Pinto
35	Enxada 24 cm com cabo de madeira	468616	Unidade	2				R\$ 48,00	R\$ 96,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
36	Desempenadeira manual de aço 25 x 16 (comp. x larg.)	480897	Unidade	2				R\$ 25,00	R\$ 50,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
37	Desempenadeira manual dentada de aço 25 x 12 (comp. x larg.)	296200	Unidade	2				R\$ 23,03	R\$ 46,06	Maria Erimestina Alves Fidelis
38	Masseira para argamassa de PVC 70 x 50 x 20	440848	Unidade	2				R\$ 60,36	R\$ 120,72	Maria Erimestina Alves Fidelis
39	Trado de aço tipo concha diâmetro de 4" em tubo galvanizado, duas hastes de 1m x 3/4"	363463	Unidade	1				R\$ 135,00	R\$ 135,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
40	Trado de aço tipo helicoidal diâmetro de 8" em tubo galvanizado, duas hastes de 1m x 3/4"	244683	Unidade	1				R\$ 385,44	R\$ 385,44	Maria Erimestina Alves Fidelis
41	Prumo de parede em aço, peso de 700g	441625	Unidade	2				R\$ 24,66	R\$ 49,32	Maria Erimestina Alves Fidelis
42	Prumo de centro em aço, 500 g	468648	Unidade	2				R\$ 25,91	R\$ 51,82	Maria Erimestina Alves Fidelis
43	Nível de precisão a laser com projeção de 3 linhas com nivelamento automático	600384	Unidade	2				R\$ 1.090,00	R\$ 2.180,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
44	Escantilhão de 3 metros para execução de alvenaria em aço galvanizado composto de régua IW8 e tripé.	439999	Unidade	2				R\$ 546,00	R\$ 1.092,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
45	Talhadeira de aço, com comprimento total de 14" POL, peso: 0,90 KG, com apunhadura.	612462	Unidade	2				R\$ 22,00	R\$ 44,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
46	Martelete Tipo Rompedor, com potência: 1.510 W e tensão de alimentação de 110 V.	608650	Unidade	1				R\$ 1.062,52	R\$ 1.062,52	Maria Erimestina Alves Fidelis
47	Serra Circular com disco 185mm, potência: 1.800 W, rotação: 5.800 RPM e tensão de alimentação 110 V.	481205	Unidade	1				R\$ 557,10	R\$ 557,10	Maria Erimestina Alves Fidelis
48	Vibrador portátil para concreto, 2200 W com Mangote de 3,5 metros, motor Elétrico, comprimento da ponta tubo: 380 MM, diâmetro da ponteira vibratória: 32 MM	305056	Unidade	1				R\$ 3.684,40	R\$ 3.684,40	Maria Erimestina Alves Fidelis
49	Capacete de Segurança em Polietileno de Alta Densidade na cor branca, fixação de jugular com três pontas e adaptador de lanterna.	403735	Unidade	35				R\$ 58,37	R\$ 2.042,95	Vívia Gemiliano Pinto
50	Esquadro de pedreiro com régua em aço e cabo plástico	217677	Unidade	4				R\$ 19,99	R\$ 79,96	Vívia Gemiliano Pinto
51	Lápis de madeira tipo carpinteiro	285253	Unidade	24				R\$ 1,85	R\$ 44,40	Vívia Gemiliano Pinto
52	Cortador de azulejo manual em aço com 60cm	439384	Unidade	1				R\$ 330,00	R\$ 330,00	Vívia Gemiliano Pinto
53	Torquês em aço forjado e temperado, tipo armador, 12"	249985	Unidade	5				R\$ 37,11	R\$ 185,55	Vívia Gemiliano Pinto
54	Misturador elétrico de argamassa 60 litros, em alumínio fundido, trifásico	444990	Unidade	1				R\$ 955,44	R\$ 955,44	Vívia Gemiliano Pinto
55	Martelo de borracha com cabo de madeira	380101	Unidade	2				R\$ 23,67	R\$ 47,34	Vívia Gemiliano Pinto
56	Espaçador de azulejo em plástico rígido, 5mm para revestimento cerâmico pacote com 100 un	293624	pacote	1				R\$ 3,20	R\$ 3,20	Vívia Gemiliano Pinto

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
57	Serra Mármore Potência: 1.450 W Voltagem: 220 V	481427	Unidade	1				R\$ 469,87	R\$ 469,87	Vivian Gemiliano Pinto
TOTAL									R\$ 47.747,92	

Anexo II - 02 - PREVISAO NO PCA 2024 -MNU.pdf

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS

CAMPUS JUIZ DE MANHUAÇU
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - 2024

ID PCA no PNCP: 10723648000140-0-000001/2024

Data da publicação no PNCP: 19/05/2023

DATA DE EXTRAÇÃO DOS DADOS NO PNCP: 06/08/2024;

Nome da Futura Contratação	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA	Código da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Nome da Classificação Superior (Classe/Grupo)
MNU - FERRAMENTAS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIAS	158123-90238/2023	722	6910	ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO
	158123-90238/2023	723	6910	ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO
	158123-90238/2023	724	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	725	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	726	6910	ACESSÓRIOS PARA TREINAMENTO
	158123-90238/2023	727	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	728	3590	EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA SERVIÇOS PROFISSIONAIS E COMERCIAIS
	158123-90238/2023	729	7340	CUTELARIA E TALHERES
	158123-90238/2023	730	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	731	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	732	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	733	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	734	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	735	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	736	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	737	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	738	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	739	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	740	7920	VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES
	158123-90238/2023	741	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS
	158123-90238/2023	742	3740	EQUIPAMENTO PARA CONTROLE DE PRAGAS, DOENÇAS E GEADAS

Anexo III - 03 - PREVISAO NO PCA 2024 - JF.pdf

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS GERAIS
CAMPUS JUIZ DE FORA

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - 2024

ID PCA no PNCP: 10723648000140-0-000001/2024

Data da publicação no PNCP: 19/05/2023

DATA DE EXTRAÇÃO DOS DADOS NO PNCP: 22/03/2024

Nome da Futura Contratação	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA	Código da Classificação Superior (Classe/Grupo)	Nome da Classificação Superior (Classe/Grupo)
JFA - FERRAMENTAS	158123-90525/2023	1140	5345	DISCOS E PEDRAS ABRASIVOS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90514/2023	1272	5110	FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
JFA - FERRAMENTAS	158123-90515/2023	1525	5120	FERRAMENTAS MANUAIS SEM CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
JFA - FERRAMENTAS	158123-90516/2023	1526	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90517/2023	1527	5180	JOGOS E CONJUNTOS DE FERRAMENTAS MANUAIS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90546/2023	935	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	967	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	968	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	969	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	970	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	971	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	972	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90483/2023	973	5133	BROCAS, ALARGADORES, ESCARIADORES, MANUAIS E PARA USO EM MÁQUINAS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90497/2023	1000	5120	FERRAMENTAS MANUAIS SEM CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
JFA - FERRAMENTAS	158123-90547/2023	1332	5961	DISPOSITIVOS A SEMICONDUTOR E PLACAS ASSOCIADAS (CIRCUITOS)
JFA - FERRAMENTAS	158123-90400/2023	1333	5110	FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
JFA - FERRAMENTAS	158123-90400/2023	1334	5110	FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
JFA - FERRAMENTAS	158123-90400/2023	1335	5110	FERRAMENTAS MANUAIS DE CORTE, NÃO ACIONADAS POR FORÇA MOTRIZ
JFA - FERRAMENTAS	158123-90391/2023	1345	5180	JOGOS E CONJUNTOS DE FERRAMENTAS MANUAIS
JFA - FERRAMENTAS	158123-90417/2023	753	3455	FERRAMENTAS DE CORTAR PARA MÁQUINAS FERRAMENTA
JFA - FERRAMENTAS	158123-90417/2023	754	3455	FERRAMENTAS DE CORTAR PARA MÁQUINAS FERRAMENTA
JFA - FERRAMENTAS	158123-90417/2023	755	3455	FERRAMENTAS DE CORTAR PARA MÁQUINAS FERRAMENTA

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Peneira para Areia com Aro de Aço 55cm circular. Possui tela expandida em aço galvanizado, proporcionando alta durabilidade e resistência à corrosão/oxidação. Possui também aro em aço galvanizado, conferindo maior resistência à corrosão e evita fungos, bolor, cupins, insetos, pragas e outras contaminações comuns. Indicada para uso na construção civil para peneirar areia.	224607	Unidade	15		3		R\$ 57,02	R\$ 1.026,36
2	Pazinha em aço inox para jardim. Possui corpo em aço inox, garantindo maior durabilidade. Conta com cabo em madeira com acabamento envernizado. Material da pá Aço Inox Comprimento 305 mm Largura 80 mm Material do cabo Madeira	449366	Unidade	15		5		R\$ 46,13	R\$ 922,60
3	RÉGUA DE PEDREIRO EM ALUMÍNIO REFORÇADA - 2,50m	373514	Unidade	2				R\$ 85,43	R\$ 170,86
4	Pá Quadrada Com Cabo De Madeira De 71cm. A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, cortada a laser. É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Com pintura eletrostática a pó, para maior proteção contra oxidação.	470913	Unidade	5				R\$ 30,20	R\$ 151,00
5	Tambor metálico 200 litros Tampa Removível	268002	Unidade	10				R\$ 726,75	R\$ 7.267,50
6	Balde Graduado em Inox 20 Litros com Bico. Capacidade: 20 Litros :: Inox 430 (11% a 20% cromo) :: Peso: 4,60 Kg Medidas (mm): 400 (A) x 430 (L)	613931	Unidade	5				R\$ 60,57	R\$ 302,85
7	Vassoura Com Cabo Grosso Gari Piacava Madeira 60cm	363532	Unidade	5				R\$ 31,10	R\$ 155,50
8	Trincha Média Cerda Gris Cabo Anzol 2 Polegadas	467559	Unidade	10				R\$ 8,00	R\$ 80,00
9	Trincha com cerdas gris 1 polegada	466338	Unidade	10				R\$ 4,15	R\$ 41,50
10	Colher De Pedreiro 10 polegadas Em Aço E Madeira Material do cabo: Madeira Material da lâmina: Aço de alto carbono Comprimento da lâmina: 25.6 cm Comprimento total: 37.9 cm Largura total: 12.2 cm Altura total: 11 cm	441609	Unidade	15				R\$ 30,00	R\$ 450,00
11	Carrinho de ferramentas, 4 rodízios de 5", dois com freio. Rodízios: 5" = 12,70cm, Largura: 460mm, Comprimento: 690mm, Empunhadura: 80mm, Altura: 810mm. Altura dos Rodízios e Suporte Metálico Interior: 160mm. Com 380 peças: :: 1 Alicate Universal em CR-V 8" :: 1 Alicate de Corte Diagonal 6" :: 1 Alicate de Bico 6" :: 1 Alicate de Pressão CrV 10" :: 1 Alicate Bomba d'água de 10" :: 1 Alicate para Anel com 4 Cabeças Cambiáveis - 4 peças :: 1 Trena Métrica 2 metros :: 1 Alicate Rebitador Profissional de 10,5" com 4 pontas :: Jogo de Rebites: 50pcs de 2.4mm, 50pcs de 3.2mm, 50pcs de 4.0mm e 50pcs de 4.8 mm :: Jogo com 7 peças de Chaves: # Fenda Cruzada: 3/16"x3", 1/4"x5", 5/16"x8" # Fenda: 1/8"x3", 3/16"x4", 1/4"x5" e 5/16"x8" :: Jogo de Chaves Combinadas com 11pcs: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18 e 19 mm :: Jogo de Chaves Torks 10pcs: T9, T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45 e T50 :: Jogo de Chaves Allen 10pcs: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5, 6, 8 e 10 mm :: Jogo de Brocas de Aço Rápido HSS 13pcs: 1.5, 2, 2.5, 3, 3.2, 3.5, 4, 4.5, 4.8, 5, 5.5, 6 e 6.5 mm :: Jogo de Brocas para Alvenaria 6pcs: 4, 5, 6, 7, 8 e 10 mm :: 2 Suportes de Broca :: Jogo de Soquetes em CR-V de 1/2" 8pcs: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 30 e 32 mm :: Jogo de Soquetes de 1/4" 11pcs: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 mm :: 2 Barras de Extensão: 5 e 10" :: 1 Barra T com 10" :: 2 Barras de Extensão de 1/4": 2 e 4" :: 1 Junta Universal de 1/4" :: 1 Bit Soquete Adaptador de 1/4" :: Jogo com 10 Soquetes: 5, 5.5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 mm :: 1 Adaptador de Bits :: 1 Haste de de Bits com Catraca :: 1 Chave Catraca de 1/2" :: 1 Chave Catraca de 1/4" :: Jogo de Bits com 50pcs de 25mm: # Fenda: 3, 4, 5, 7, 8X4; # Fenda Cruzada: 1X2, 2X2, 3X1 # Pozi Drive: PZ1, PZ2, PZ3 # Estrela: T10, T15, T20, T25, T27, T30 # Quadrada: S1, S2, S3; # Hexagonal: 3X2, 4X3, 5X3, 6X3, 7X2 :: Bits de 13pcs 50mm: # Fenda: 4, 5, 6 # Fenda Cruzada: 0, 1, 2, 3 # Pozi: PZ1, PZ2, PZ3; # Estrela: T10, T15, T20	617113	Jogo	3				R\$ 4.599,00	R\$ 13.797,00
12	Jogo Chave Material: Aço Cromo Vanádio , Tipo: Allen , Aplicação: Serviços Gerais - Oficina , Componentes: 1.5 A 24 Mm. , Acabamento Superficial: Cromado	602204	Jogo	1				R\$ 36,06	R\$ 36,06
13	Jogo de Ferramentas com 150 Peças 3 Chaves catracada (8x10 ; 12x13 ; 17x19 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 1/4" (medidas: 10 ; 11 ; 12 ; 13 ; 14 ; 15 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 3/8" (medidas: 4 ; 5 ; 6 ; 7 ; 8 ; 9 mm). 12 Chave combinada (medidas: 8 ; 9 ; 10 ; 11 ; 12 ; 13 ; 14 ; 15 ; 16 ; 17 ; 18 ; 19 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 1/2" (medidas: 10 ; 12 ; 13 ; 14 ; 17 ; 19 mm) 7 soquetes estriado com encaixe de 1/2" (medidas: 20 ; 21 ; 22 ; 24 ; 27 ; 30 ; 32 mm) 4 soquetes de impacto com encaixe de 1/2" (medidas: 23 ; 21 ; 19 ; 17 mm) 8 soquetes sextavado com encaixe de 1/2" (medidas: 7/16 ; 1/2 ; 9/16 ; 5/8 ; 11/16 ; 3/4 ; 13/16 ; 7/8 ") 4 soquetes estriado com encaixe de 1/2" (medidas: 1.1/4 ; 1.1 /16 ; 1" 15/16") 10 soquetes sextavados com encaixe de 3/8" (medidas: 5/32 ; 3/16 ; 7/32 ; 1/4 ; 9/32 ; 5/16 ; 11/32 ; 3/8 ; 7/16 ; 1/2") 10 soquetes sextavados com encaixe de 3/8" (medidas: 4 , 5 , 6 , 7 , 8 , 9 , 10, 11 , 12 , 13 mm) 11 soquetes sextavados com encaixe de 1/4" (medidas: 9 , 10, 11 , 12 , 13 , 14 , 15 , 16 , 17 , 18 , 19 mm) 8 soquetes torx fêmea com encaixe de 1/4" (medidas: E8 , E10 , E11 , E12 , E14 , E16 , E18 , E20) 2 chaves de velas com encaixe de 1/4" (uma com a medida de 16 mm e outra de 21 mm) 1 chave adaptadora com cabo 1 junta com encaixe de 1/2" 1 junta com encaixe de 1/4" 1 junta com encaixe de 3/8" 1 extensão abalada com encaixe de 1/2" sem trava (medida de 5") 1 extensão abalada com encaixe de 3/8" sem trava (medida de 4") 1 extensão com encaixe de 1/4" com trava (medida de 6") 1 extensão com encaixe de 1/4" com trava (medida de 3") 1 extensão com encaixe de 1/2" com trava (medida de 10") 1 Catraca reversível com encaixe de 3/8" com trava 1 Catraca reversível com encaixe de 1/4" com trava 1 Catraca reversível com encaixe de 1/2" com trava 10 chave allen 1 adaptador para bits 7 bits torx com furo 7 soquete torx com encaixe de 1/4" medidas de (sem furos) T20 ; T30 ; T40 ; (com furos) T45 ; T50 ; T55 ; T60 3 soquetes de fenda com encaixe 1/4" (medidas: 4; 5.5 ; 6.5 mm) 3 soquetes philips com encaixe de 1/4" (medidas: 1 ; 2 ; 3 mm) 6 soquetes allen com encaixe de 1/4" (medidas: 3 ; 4 ; 5 ; 6 ; 8 ; 10 mm) 3 soquetes pozi drive com encaixe de 1/4" (medidas: 1 ; 2 ; 3 mm)	617112	Jogo	1				R\$ 909,86	R\$ 909,86
14	Jogo Chave Material: Aço , Tipo: Estrela , Quantidade Peças: 7 , Aplicação: Oficina Mecânica / Carpintaria , Características Adicionais: Com Catraca Modelo Plana , Tamanho: 8x9, 8x10, 10x11, 12x13, 14x15, 16x18 E 17x19 Mm	405796	Jogo	1				R\$ 107,42	R\$ 107,42
15	Chave Catraca Modelo: Reversível , Encaixe: 1/4 POL, Aplicação: Operações De Aperto E Desaperto De Parafusos	608902	Unidade	1				R\$ 28,21	R\$ 28,21
16	Alicate Universal Material: Aço Cromo Vanádio , Material Cabo: Plástico , Tipo Cabo: Isolado , Tipo Corte: Diagonal , Comprimento: 5 PO	392517	Unidade	1				R\$ 32,49	R\$ 32,49
17	Alicate Bico Material: Ferro Temperado , Acabamento Superficial: Zincado , Tipo: Reto , Comprimento: 180 MM	472120	Unidade	1				R\$ 71,00	R\$ 71,00

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	Alicate De Pressão Material: Aço , Abertura Da Boca: 48 MM, Características Adicionais: Normalizado, Fosfatizado , Comprimento: 210 MM, Aplicação: Utilizada Em Oficinas De Produção Armamento	606408	Unidade	1				R\$ 50,73	R\$ 50,73
19	Alicate De Corte Material: Aço , Tipo Corte: Tesoura Catraca , Comprimento: 275 MM, Características Adicionais: Corte De Cabos De Cobre E Alumínio Até 240mm²	601900	Unidade	5				R\$ 149,56	R\$ 747,80
20	Jogo Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Phillips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000V Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL, Bitola Ponta Phillips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6) PO	601980	Jogo	1				R\$ 101,75	R\$ 101,75
21	Jogo Chave Material: Aço Vanádio , Tipo: Jogo De Chave Fenda, Phillips E Alicates. , Quantidade Peças: 13 , Características Adicionais: Haste Isolada Para Carga De 1000v , Acessórios: Estojo	607236	Jogo	1				R\$ 149,00	R\$ 149,00
22	Caixa Plástica para ferramentas indicada para organizar, armazenar e transportar ferramentas, peças e acessórios em geral. A caixa de ferramentas deve possuir alça para transporte, fecho trava de metale uma bandeja removível. Comprimento mínimo: 440mm, largura mínima: 230mm, altura mínima: 200mm. Modelo de referência: Stanley 19-013 ou similar.	607834	Unidade	12		2		R\$ 99,00	R\$ 1.386,00
23	ARMADILHA PARA INSETOS. MODELO TIPO MCPHAIL. PARTE SUPERIOR (TAMPA) EM MATERIAL ACRÍLICO OU PLÁSTICO TRANSPARENTE. PARTE INFERIOR AMARELA. PRAGA-ALVO: MOSCA DAS FRUTAS.	476065	UNIDADE			5		R\$ 99,71	R\$ 498,57
24	KIT ARMADILHA PARA INSETOS. MODELO TIPO DELTA (JACKSON) COM PISO ADESIVO. CADA ARMADILHA ACOMPANHA 1 TELHADO + 1 ARAME + 4 PISOS ADESIVOS. PRAGA-ALVO: MOSCA DAS FRUTAS.	476799	KIT			10		R\$ 29,32	R\$ 293,25
25	ARMADILHA PARA INSETOS. PARA BROCA-DO-CAFÉ. UTILIZAÇÃO: COLOCAR 1 LIBERADOR (SACHÊ) NO CENTRO DA ARMADILHA DE FUNIL. FINALIDADE: MONITORAMENTO POPULACIONAL E COLETA MASSAL.	603279	UNIDADE			5		R\$ 84,00	R\$ 420,00
26	RÉGUA DE PEDREIRO EM ALUMÍNIO REFORÇADA - 1,50m	329168	Unidade	2				R\$ 44,42	R\$ 88,84
27	Pá Quadrada Com Cabo De Madeira De 71cm. A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, cortada a laser. É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Com pintura eletrostática a pó, para maior proteção contra oxidação.	470913	Unidade	2				R\$ 48,90	R\$ 97,80
28	Bombona Plástica 200 litros Tampa Removível	616700	Unidade	10				R\$ 268,66	R\$ 2.686,60
29	Bombona Plástica 50 litros Tampa Removível	465988	Unidade	10				R\$ 172,00	R\$ 1.720,00
30	Balde Graduado 20 l Plástico com alça metálica	325396	Unidade	2				R\$ 76,70	R\$ 153,40
31	Vassoura Com Cabo Grosso Gari Placava Madeira 60cm	363532	Unidade	2				R\$ 27,50	R\$ 55,00
32	Trincha Média Cerda Gris Cabo Anzol 2 Polegadas	467559	Unidade	6				R\$ 3,92	R\$ 23,52
33	Trincha com cerdas pretas e cabo de madeira de 5 cm e 0,8 cm de espessura	297360	Unidade	1				R\$ 5,99	R\$ 5,99
34	Trincha com cerdas brancas e cabo de plástico de 2"	467559	Unidade	1				R\$ 6,38	R\$ 6,38
35	Enxada 24 cm com cabo de madeira	468616	Unidade	2				R\$ 48,00	R\$ 96,00
36	Desempenadeira manual de aço 25 x 16 (comp. x larg.)	480897	Unidade	2				R\$ 25,00	R\$ 50,00
37	Desempenadeira manual dentada de aço 25 x 12 (comp. x larg.)	296200	Unidade	2				R\$ 23,03	R\$ 46,06
38	Masseira para argamassa de PVC 70 x 50 x 20	440848	Unidade	2				R\$ 60,36	R\$ 120,72
39	Trado de aço tipo concha diâmetro de 4" em tubo galvanizado, duas hastes de 1m x 3/4"	363463	Unidade	1				R\$ 135,00	R\$ 135,00
40	Trado de aço tipo helicoidal diâmetro de 8" em tubo galvanizado, duas hastes de 1m x 3/4"	244683	Unidade	1				R\$ 385,44	R\$ 385,44
41	Prumo de parede em aço, peso de 700g	441625	Unidade	2				R\$ 24,66	R\$ 49,32
42	Prumo de centro em aço, 500 g	468648	Unidade	2				R\$ 25,91	R\$ 51,82
43	Nível de precisão a laser com projeção de 3 linhas com nivelamento automático	600384	Unidade	2				R\$ 1.090,00	R\$ 2.180,00
44	Escantilhão de 3 metros para execução de alvenaria em aço galvanizado composto de régua IW8 e tripé.	439999	Unidade	2				R\$ 546,00	R\$ 1.092,00
45	Talhadeira de aço, com comprimento total de 14" POL, peso: 0,90 KG, com apunhadura.	612462	Unidade	2				R\$ 22,00	R\$ 44,00
46	Martelete Tipo Rompedor, com potência: 1.510 W e tensão de alimentação de 110 V.	608650	Unidade	1				R\$ 1.062,52	R\$ 1.062,52
47	Serra Circular com disco 185mm, potência: 1.800 W, rotação: 5.800 RPM e tensão de alimentação 110 V.	481205	Unidade	1				R\$ 557,10	R\$ 557,10
48	Vibrador portátil para concreto, 2200 W com Mangote de 3,5 metros, motor Elétrico, comprimento da ponta tubo: 380 MM, diâmetro da ponteira vibratória: 32 MM	305056	Unidade	1				R\$ 3.684,40	R\$ 3.684,40
49	Capacete de Segurança em Polietileno de Alta Densidade na cor branca, fixação de jugular com três pontas e adaptador de lanterna.	403735	Unidade	35				R\$ 58,37	R\$ 2.042,95
50	Esquadro de pedreiro com régua em aço e cabo plástico	217677	Unidade	4				R\$ 19,99	R\$ 79,96
51	Lápis de madeira tipo carpinteiro	285253	Unidade	24				R\$ 1,85	R\$ 44,40
52	Cortador de azulejo manual em aço com 60cm	439384	Unidade	1				R\$ 330,00	R\$ 330,00
53	Torquês em aço forjado e temperado, tipo armador, 12"	249985	Unidade	5				R\$ 37,11	R\$ 185,55
54	Misturador elétrico de argamassa 60 litros, em alumínio fundido, trifásico	444990	Unidade	1				R\$ 955,44	R\$ 955,44
55	Martelo de borracha com cabo de madeira	380101	Unidade	2				R\$ 23,67	R\$ 47,34
56	Espaçador de azulejo em plástico rígido, 5mm para revestimento cerâmico pacote com 100 un	293624	pacote	1				R\$ 3,20	R\$ 3,20
57	Serra Mármore Potência: 1.450 W Voltagem: 220 V	481427	Unidade	1				R\$ 469,87	R\$ 469,87
								TOTAL	R\$ 47.747,92

Estudo Técnico Preliminar 138/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23223.003083/2023-74

2. Descrição da necessidade

Aquisição de ferramentas agrícolas e agropecuários para utilização em aulas práticas e teóricas e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos campi do IF Sudeste MG.

A aquisição se faz necessária para atender demandas das unidades acadêmicas e administrativas dos campi do IF Sudeste MG, bem como demandas das áreas finalísticas. Visa a reposição de estoques para disponibilização aos setores requisitantes e a estruturação e manutenção de espaços utilizados, proporcionando a preservação e melhoria das condições para oferta de atividades práticas e teóricas e o adequado funcionamento dos setores.

O planejamento desta contratação está alinhado à missão do IF Sudeste MG descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025): "Promover a educação básica, profissional e tecnológica, pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, em todos os seus níveis e modalidades, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade"

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Ensino - Campus Manhuaçu	Rossini Pena Abrantes
Diretoria de Administração e Planejamento do Campus Juiz de Fora	Fabrício Tavares de Faria

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A entrega deverá ser realizada no prazo de até 30 dias a contar do recebimento da nota de empenho, sendo:

- a) Provisoriamente com recebimento pelo setor de almoxarifado do campus solicitante;
- b) Definitivamente pelo solicitante que verificará se os requisitos foram atendidos, para atestar o documento fiscal.

4.1.1 A contratada deverá entregar o material para cada campus solicitante conforme endereço abaixo:

Campus	Endereço	Responsável/Telefone	Horário de recebimento
Manhuaçu	Rodovia BR-116, km 589 – Distrito de Realeza, Manhuaçu – MG, 36909-300	Érika Cristiane da Silva Santos; (33) 3333-0108	De terça a sexta de 08:30h às 12h e de 13h às 16h
Juiz de Fora	Rua Bernardo Mascarenhas, 1283 - Bairro Fábrica Juiz de Fora - MG - CEP: 36080-001	Cláudia Garcia - Coordenadora Geral de Logística.	De segunda a sexta - de 09h às 16h.

4.1.2 Os produtos entregues devem ser de boa qualidade, estar em perfeitas condições, sem defeitos ou sinais de deterioração e observando as especificações contidas na tabela constante no Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais detalhadas.

4.1.3 A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

4.1.4 Caso o material seja rejeitado, no todo ou em parte, em virtude de estar em desacordo com as especificações contratadas, e/ou prazos de garantia ou embalagem violada ou danificada, independentemente do motivo alegado, sem ônus para o IF Sudeste MG, deve ser substituído no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1.5 Os produtos, quando couber, devem possuir certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO.

4.1.6 Quando aplicável, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80%(oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi baseado na análise de Estudos Técnicos Preliminares disponíveis no sistema ETP digital e também editais no Painel de Preços.

Os materiais descritos para aquisição neste ETP são objeto de natureza comum no mercado, podendo ser atendidos por diversos fabricantes e fornecedores, o que garante a participação de empresas e consequentemente a concorrência. Além disso, é possível verificar a aquisição por outros órgãos da Administração Pública, conforme pesquisa realizada.

A Contratação pretendida alinha-se à política do Governo Federal, conforme princípios preconizados pela LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Nesse sentido, a demanda pode ser atendida por fornecedores de todo o Brasil, o que concorre para a eficiência, vantajosidade econômica e qualidade da aquisição. As pesquisas foram realizadas seguindo o estabelecido da IN 65 /2021. Dentre as soluções apresentadas no mercado para o presente certame será escolhida a empresa que possuir melhor preço e que melhor atenda às especificidades dos produtos requisitados.

Foram analisadas as contratações listadas abaixo:

ETP	Modelagens, inovações ou sugestões futuras para a presente contratação
158123-63/2023	Utilizado para auxiliar e complementar as informações previstas no item de "levantamento de mercado", "descrição da solução" e "justificativa para o parcelamento ou não da solução" deste ETP.
257031-14/2023	Utilizado para auxiliar e complementar as informações previstas no item de "possíveis impactos ambientais" deste ETP.

6. Descrição da solução como um todo

A solução como um todo compreende a aquisição e entrega de materiais diversos que constam no item 7 deste ETP, em plenas condições de uso, e conforme prazos e locais de entrega, descritos no item 4.1 deste ETP.

Tendo em vista a verificação das soluções disponíveis no mercado e também a análise de Estudos Técnicos Preliminares disponíveis no sistema ETP digital que visam a contratação de materiais similares aos previstos neste ETP, definiu-se pela realização de pregão na modalidade Registro de Preços.

A escolha da modalidade Registro de Preços também se justifica para esta contratação devido aos incisos I, II e III do artigo 3 do DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, e que se enquadram nas características desta contratação:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I – quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A partir da demanda apresentada pelos setores dos campi e a justificativa para as quantidades informadas, chegou-se nos itens apresentados, que podem ser conferidos no Anexo I deste ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 47.747,92

A partir da definição dos materiais, juntamente com suas respectivas especificações e quantidades a serem adquiridas, foi realizada a estimativa do valor da contratação. O processo de pesquisa de preços para definição do valor final da contratação fez-se necessário por representar um procedimento indispensável para verificar se a disponibilidade de recursos existentes seria suficiente para cobrir as despesas da contratação. O levantamento dos valores podem ser conferidos no ANEXO I deste ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada por itens. Como sugere a regra a ser observada pela Administração nas licitações disposto na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, o parcelamento do objeto visa evitar restrição de competição e ampla concorrência. Também será realizado com quantitativo total, para procedimento estimado para 12 meses. Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica especificidade de itens que indique a necessidade de agrupamento visando diminuir o risco de um item ser deserto ou fracassado.

A adjudicação deverá ser por item e não por preço global, por ser o objeto divisível, e não há prejuízo para o conjunto, ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. Além disso, os bens pretendidos de aquisição são usuais de mercado, com qualidade e desempenho padrão que podem ser prontamente definidos em edital.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Os materiais previstos para serem contratados e listados neste ETP são fundamentais para o correto desenvolvimento de outros contratos em execução nos campi do IF Sudeste MG. A não aquisição destes insumos pode prejudicar o correto funcionamento de contratos terceirizados de mão de obra ligados às áreas rurais dos campi, visto que podem impossibilitar a execução de algumas atividades por falta de material e/ou equipamento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Plano Estratégico do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, denominado de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), para o período de 2021/2025, prevê em sua essência a garantia na manutenção das condições de funcionamento dos Campi, nesse renque, foi previsto no PGC, Plano Anual de Contratações, a aquisição dos materiais objeto deste estudo,

portanto, a contratação está compatível com o alinhamento estratégico do Órgão. O levantamento dos itens e a análise da necessidade de aquisição foram verificados pelos setores e servidores responsáveis nos campi e estão cadastrados nos Documentos de Formalização de Demanda (DFDs) de números: Juiz de Fora - 486/2023, Manhuaçu 790/2024.

12. Resultados Pretendidos

I. Proporcionar as condições mínimas e adequadas para a execução das atividades relacionadas às aulas práticas e teóricas dos cursos dos Campi do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais;

II. Proporcionar a estruturação e a manutenção dos setores e espaços utilizados para o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campi;

III. Prover de maneira contínua e articulada, os insumo de materiais necessários para o desenvolvimento das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, sempre com qualidade e excelência promovendo a melhoria contínua dos serviços oferecidos e consequente satisfação dos usuários/comunidade acadêmica.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações para a solução ser adquirida.

Indicar, quando for o caso, a necessidade de preparação dos locais onde os materiais serão armazenados, principalmente quanto ao espaço e estrutura física (trancas, vazamentos, etc.).

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, a empresa deverá atender aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando às normas de proteção do meio ambiente, tais como:

14.1.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNTNBR – 15448-1 e 15448-2;

14.1.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substance), tais como: mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (Vi)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de aquisição de ferramentas agrícolas e agropecuários para utilização em aulas práticas e teóricas e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos campi do IF Sudeste MG. Equipamentos essenciais para continuidade das atividades da institui.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ERIKA CRISTIANE DA SILVA SANTOS

Diretora de Administração e Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Planilha de FERRAMENTAS 2024.xlsx - Demandas.pdf (70.18 KB)

**Anexo I - Planilha de FERRAMENTAS 2024.xlsx -
Demandas.pdf**

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
1	Peneira para Areia com Aro de Aço 55cm circular. Possui tela expandida em aço galvanizado, proporcionando alta durabilidade e resistência à corrosão/oxidação. Possui também aro em aço galvanizado, conferindo maior resistência à corrosão e evita fungos, bolor, cupins, insetos, pragas e outras contaminações comuns. Indicada para uso na construção civil para peneirar areia.	224607	Unidade	15		3		R\$ 57,02	R\$ 1.026,36	MNU - Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira JFA - Paula Graciele Silvestre Lucas
2	Pazinha em aço inox para jardim. Possui corpo em aço inox, garantindo maior durabilidade. Conta com cabo em madeira com acabamento envernizado. Material da pá Aço inox Comprimento 305 mm Largura 80 mm Material do cabo Madeira	449366	Unidade	15		5		R\$ 46,13	R\$ 922,60	MNU - Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira JFA - Paula Graciele Silvestre Lucas
3	RÉGUA DE PEDREIRO EM ALUMÍNIO REFORÇADA - 2,50m	373514	Unidade	2				R\$ 85,43	R\$ 170,86	Paula Graciele Silvestre Lucas
4	Pá Quadrada Com Cabo De Madeira De 71cm. A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, cortada a laser. É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Com pintura eletrostática a pó, para maior proteção contra oxidação.	470913	Unidade	5				R\$ 30,20	R\$ 151,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
5	Tambor metálico 200 litros Tampa Removível	268002	Unidade	10				R\$ 726,75	R\$ 7.267,50	Paula Graciele Silvestre Lucas
6	Balde Graduado em Inox 20 Litros com Bico. Capacidade: 20 Litros :: Inox 430 (11% a 20% cromo) :: Peso: 4,60 Kg Medidas (mm): 400 (A) x 430 (L)	613931	Unidade	5				R\$ 60,57	R\$ 302,85	Paula Graciele Silvestre Lucas
7	Vassoura Com Cabo Grosso Gari Piacava Madeira 60cm	363532	Unidade	5				R\$ 31,10	R\$ 155,50	Paula Graciele Silvestre Lucas
8	Trincha Média Cerda Gris Cabo Anzol 2 Polegadas	467559	Unidade	10				R\$ 8,00	R\$ 80,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
9	Trincha com cerdas gris 1 polegada	466338	Unidade	10				R\$ 4,15	R\$ 41,50	Paula Graciele Silvestre Lucas
10	Colher De Pedreiro 10 polegadas Em Aço E Madeira Material do cabo: Madeira Material da lâmina: Aço de alto carbono Comprimento da lâmina: 25.6 cm Comprimento total: 37.9 cm Largura total: 12.2 cm Altura total: 11 cm	441609	Unidade	15				R\$ 30,00	R\$ 450,00	Paula Graciele Silvestre Lucas

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
11	Carrinho de ferramentas, 4 rodízios de 5", dois com freio. Rodízios: 5" = 12,70cm, Largura: 460mm, Comprimento: 690mm, Empunhadura: 80mm, Altura: 810mm . Altura dos Rodízios e Suporte Metálico Interior: 160mm. Com 380 peças: :: 1 Alicate Universal em CR-V 8" :: 1 Alicate de Corte Diagonal 6" :: 1 Alicate de Bico 6" :: 1 Alicate de Pressão CrV 10" :: 1 Alicate Bomba d'água de 10" :: 1 Alicate para Anel com 4 Cabeças Cambiáveis - 4 peças :: 1 Trena Métrica 2 metros :: 1 Alicate Rebitador Profissional de 10,5" com 4 pontas :: Jogo de Rebites: 50pcs de 2.4mm, 50pcs de 3.2mm, 50pcs de 4.0mm e 50pcs de 4.8 mm :: Jogo com 7 peças de Chaves: # Fenda Cruzada: 3/16"x3", 1/4"x5", 5/16"x8" # Fenda: 1/8"x3", 3/16"x4", 1/4"x5" e 5/16"x8" :: Jogo de Chaves Combinadas com 11pcs: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18 e 19 mm :: Jogo de Chaves Torks 10pcs: T9, T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45 e T50 :: Jogo de Chaves Allen 10pcs: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5, 6, 8 e 10 mm :: Jogo de Brocas de Aço Rápido HSS 13pcs: 1.5, 2, 2.5, 3, 3.2, 3.5, 4, 4.5, 4.8, 5, 5.5, 6 e 6.5 mm :: Jogo de Brocas para Alvenaria 6pcs: 4, 5, 6, 7, 8 e 10 mm :: 2 Suportes de Broca :: Jogo de Soquetes em CR-V de 1/2" 8pcs: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 30 e 32 mm :: Jogo de Soquetes de 1/4" 11pcs: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13 e 14 mm :: 2 Barras de Extensão: 5 e 10" :: 1 Barra T com 10" :: 2 Barras de Extensão de 1/4": 2 e 4" :: 1 Junta Universal de 1/4" :: 1 Bit Soquete Adaptador de 1/4" :: Jogo com 10 Soquetes: 5, 5.5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 mm :: 1 Adaptador de Bits :: 1 Haste de de Bits com Catraca :: 1 Chave Catraca de 1/2" :: 1 Chave Catraca de 1/4" :: Jogo de Bits com 50pcs de 25mm: # Fenda: 3, 4, 5, 7, 8X4; # Fenda Cruzada: 1X2, 2X2, 3X1 # Pozi Drive: PZ1, PZ2, PZ3 # Estrela: T10, T15, T20, T25, T27, T30 # Quadrada: S1, S2, S3; # Hexagonal: 3X2, 4X3, 5X3, 6X3, 7X2 :: Bits de 13pcs 50mm: # Fenda: 4, 5, 6 # Fenda Cruzada: 0, 1, 2, 3 # Pozi: PZ1, PZ2, PZ3; # Estrela: T10, T15, T20	617113	Jogo	3				R\$ 4.599,00	R\$ 13.797,00	Paula Graciele Silvestre Lucas Daniel de Almeida e Souza
12	Jogo Chave Material: Aço Cromo Vanádio , Tipo: Allen , Aplicação: Serviços Gerais - Oficina , Componentes: 1.5 A 24 Mm. , Acabamento Superficial: Cromado	602204	Jogo	1				R\$ 36,06	R\$ 36,06	Paula Graciele Silvestre Lucas

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
13	Jogo de Ferramentas com 150 Peças 3 Chaves catracada (8x10 ; 12x13 ; 17x19 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 1/4" (medidas: 10 ; 11 ; 12 ; 13 ; 14 ; 15 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 3/8" (medidas: 4 ; 5 ; 6 ; 7 ; 8 ; 9 mm). 12 Chave combinada (medidas: 8 ; 9 ; 10 ; 11 ; 12 ; 13 ; 14 ; 15 ; 16 ; 17 ; 18 ; 19 mm). 6 soquetes longos com encaixe de 1/2" (medidas: 10 ; 12 ; 13 ; 14 ; 17 ; 19 mm) 7 soquetes estriado com encaixe de 1/2" (medidas: 20 ; 21 ; 22 ; 24 ; 27 ; 30 ; 32 mm) 4 soquetes de impacto com encaixe de 1/2" (medidas: 23 ; 21 ; 19 ; 17 mm) 8 soquetes sextavado com encaixe de 1/2" (medidas: 7/16 ; 1/2 ; 9/16 ; 5/8 ; 11/16 ; 3/4 ; 13/16 ; 7/8 ") 4 soquetes estriado com encaixe de 1/2" (medidas: 1.1/4 ; 1.1 /16 ; 1" 15/16") 10 soquetes sextavados com encaixe de 3/8" (medidas: 5/32 ; 3/16 ; 7/32 ; 1/4 ; 9/32 ; 5/16 ; 11/32 ; 3/8 ; 7/16 ; 1/2") 10 soquetes sextavados com encaixe de 3/8" (medidas: 4 , 5 , 6 , 7 , 8 , 9 , 10, 11 , 12 , 13 mm) 11 soquetes sextavados com encaixe de 1/4" (medidas: 9 , 10, 11 , 12 , 13 , 14 , 15 , 16 , 17 , 18 , 19 mm) 8 soquetes torx fêmea com encaixe de 1/4" (medidas: E8 , E10 , E11 , E12 , E14 , E16 , E18 , E20) 2 chaves de velas com encaixe de 1/4" (uma com a medida de 16 mm e outra de 21 mm) 1 chave adaptadora com cabo 1 junta com encaixe de 1/2" 1 junta com encaixe de 1/4" 1 junta com encaixe de 3/8" 1 extensão abalada com encaixe de 1/2" sem trava (medida de 5") 1 extensão abalada com encaixe de 3/8" sem trava (medida de 4") 1 extensão com encaixe de 1/4" com trava (medida de 6") 1 extensão com encaixe de 1/4" com trava (medida de 3") 1 extensão com encaixe de 1/2" com trava (medida de 10") 1 Catraca reversível com encaixe de 3/8" com trava 1 Catraca reversível com encaixe de 1/4" com trava 1 Catraca reversível com encaixe de 1/2" com trava 10 chave allen 1 adaptador para bits 7 bits torx com furo 7 soquete torx com encaixe de 1/4" medidas de (sem furos) T20 ; T30 ; T40 ; (com furos) T45 ; T50 ; T55 ; T60 3 soquetes de fenda com encaixe 1/4" (medidas: 4; 5.5 ; 6.5 mm) 3 soquetes philips com encaixe de 1/4" (medidas: 1 ; 2 ; 3 mm) 6 soquetes allen com encaixe de 1/4" (medidas: 3 ; 4 ; 5 ; 6 ; 8; 10 mm) 3 soquetes pozzi drive com encaixe de 1/4" (medidas: 1 ; 2 ; 3 mm)	617112	Jogo	1				R\$ 909,86	R\$ 909,86	Daniel de Almeida e Souza
14	Jogo Chave Material: Aço , Tipo: Estrela , Quantidade Peças: 7 , Aplicação: Oficina Mecânica / Carpintaria , Características Adicionais: Com Catraca Modelo Plana , Tamanho: 8x9, 8x10, 10x11, 12x13, 14x15, 16x18 E 17x19 Mm	405796	Jogo	1				R\$ 107,42	R\$ 107,42	Paula Graciele Silvestre Lucas
15	Chave Catraca Modelo: Reversível , Encaixe: 1/4 POL, Aplicação: Operações De Aperto E Desaperto De Parafusos	608902	Unidade	1				R\$ 28,21	R\$ 28,21	Paula Graciele Silvestre Lucas
16	Alicate Universal Material: Aço Cromo Vanádio , Material Cabo: Plástico , Tipo Cabo: Isolado , Tipo Corte: Diagonal , Comprimento: 5 PO	392517	Unidade	1				R\$ 32,49	R\$ 32,49	Paula Graciele Silvestre Lucas
17	Alicate Bico Material: Ferro Temperado , Acabamento Superficial: Zincado , Tipo: Reto , Comprimento: 180 MM	472120	Unidade	1				R\$ 71,00	R\$ 71,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
18	Alicate De Pressão Material: Aço , Abertura Da Boca: 48 MM, Características Adicionais: Normalizado, Fosfatizado , Comprimento: 210 MM, Aplicação: Utilizada Em Oficinas De Produção Armamento	606408	Unidade	1				R\$ 50,73	R\$ 50,73	Paula Graciele Silvestre Lucas
19	Alicate De Corte Material: Aço , Tipo Corte: Tesoura Catraca , Comprimento: 275 MM, Características Adicionais: Corte De Cabos De Cobre E Alumínio Até 240mm²	601900	Unidade	5				R\$ 149,56	R\$ 747,80	Paula Graciele Silvestre Lucas
20	Jogo Chaves Fenda Material Haste: Aço Cromo Vanádio , Tipo Ponta: Fenda E Philips , Material Cabo: Emborrachado , Tipo Cabo: Isolado , Quantidade Peças: 6 UN, Características Adicionais: Isolação De 1000v Ca , Bitola Ponta Fenda: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x3) POL, Bitola Ponta Philips: 03= (1/4x6, 3/16x4, 1/8x6) PO	601980	Jogo	1				R\$ 101,75	R\$ 101,75	Paula Graciele Silvestre Lucas
21	Jogo Chave Material: Aço Vanádio , Tipo: Jogo De Chave Fenda, Philips E Alicates. , Quantidade Peças: 13 , Características Adicionais: Haste Isolada Para Carga De 1000v , Acessórios: Estojo	607236	Jogo	1				R\$ 149,00	R\$ 149,00	Paula Graciele Silvestre Lucas
22	Caixa Plástica para ferramentas indicada para organizar, armazenar e transportar ferramentas, peças e acessórios em geral. A caixa de ferramentas deve possuir alça para transporte, fecho trava de metale uma bandeja removível. Comprimento mínimo: 440mm, largura mínima: 230mm, altura mínima: 200mm. Modelo de referência: Stanley 19-013 ou similar.	607834	Unidade	12		2		R\$ 99,00	R\$ 1.386,00	MNU - Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira JFA - Leandro Matos Riani
23	ARMADILHA PARA INSETOS. MODELO TIPO MCPHAIL. PARTE SUPERIOR (TAMPA) EM MATERIAL ACRÍLICO OU PLÁSTICO TRANSPARENTE. PARTE INFERIOR AMARELA. PRAGA-ALVO: MOSCA DAS FRUTAS.	476065	UNIDADE			5		R\$ 99,71	R\$ 498,57	Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
24	KIT ARMADILHA PARA INSETOS. MODELO TIPO DELTA (JACKSON) COM PISO ADESIVO. CADA ARMADILHA ACOMPANHA 1 TELHADO + 1 ARAME + 4 PISOS ADESIVOS. PRAGA-ALVO: MOSCA DAS FRUTAS.	476799	KIT			10		R\$ 29,32	R\$ 293,25	Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira
25	ARMADILHA PARA INSETOS. PARA BROCA-DO-CAFÉ. UTILIZAÇÃO: COLOCAR 1 LIBERADOR (SACHÊ) NO CENTRO DA ARMADILHA DE FUNIL. FINALIDADE: MONITORAMENTO POPULACIONAL E COLETA MASSAL.	603279	UNIDADE			5		R\$ 84,00	R\$ 420,00	Rossini Pena Abrantes (DDE) / Guilherme Lima Vieira
26	RÉGUA DE PEDREIRO EM ALUMÍNIO REFORÇADA - 1,50m	329168	Unidade	2				R\$ 44,42	R\$ 88,84	Maria Erimestina Alves Fidelis
27	Pá Quadrada Com Cabo De Madeira De 71cm. A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, cortada a laser. É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Com pintura eletrostática a pó, para maior proteção contra oxidação.	470913	Unidade	2				R\$ 48,90	R\$ 97,80	Maria Erimestina Alves Fidelis
28	Bombona Plástica 200 litros Tampa Removível	616700	Unidade	10				R\$ 268,66	R\$ 2.686,60	Maria Erimestina Alves Fidelis
29	Bombona Plástica 50 litros Tampa Removível	465988	Unidade	10				R\$ 172,00	R\$ 1.720,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
30	Balde Graduado 20 l Plástico com alça metálica	325396	Unidade	2				R\$ 76,70	R\$ 153,40	Maria Erimestina Alves Fidelis
31	Vassoura Com Cabo Grosso Gari Piacava Madeira 60cm	363532	Unidade	2				R\$ 27,50	R\$ 55,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
32	Trincha Média Cerda Gris Cabo Anzol 2 Polegadas	467559	Unidade	6				R\$ 3,92	R\$ 23,52	Maria Erimestina Alves Fidelis
33	Trincha com cerdas pretas e cabo de madeira de 5 cm e 0,8 cm de espessura	297360	Unidade	1				R\$ 5,99	R\$ 5,99	Vívia Gemiliano Pinto
34	Trincha com cerdas brancas e cabo de plástico de 2"	467559	Unidade	1				R\$ 6,38	R\$ 6,38	Vívia Gemiliano Pinto
35	Enxada 24 cm com cabo de madeira	468616	Unidade	2				R\$ 48,00	R\$ 96,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
36	Desempenadeira manual de aço 25 x 16 (comp. x larg.)	480897	Unidade	2				R\$ 25,00	R\$ 50,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
37	Desempenadeira manual dentada de aço 25 x 12 (comp. x larg.)	296200	Unidade	2				R\$ 23,03	R\$ 46,06	Maria Erimestina Alves Fidelis
38	Masseira para argamassa de PVC 70 x 50 x 20	440848	Unidade	2				R\$ 60,36	R\$ 120,72	Maria Erimestina Alves Fidelis
39	Trado de aço tipo concha diâmetro de 4" em tubo galvanizado, duas hastes de 1m x 3/4"	363463	Unidade	1				R\$ 135,00	R\$ 135,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
40	Trado de aço tipo helicoidal diâmetro de 8" em tubo galvanizado, duas hastes de 1m x 3/4"	244683	Unidade	1				R\$ 385,44	R\$ 385,44	Maria Erimestina Alves Fidelis
41	Prumo de parede em aço, peso de 700g	441625	Unidade	2				R\$ 24,66	R\$ 49,32	Maria Erimestina Alves Fidelis
42	Prumo de centro em aço, 500 g	468648	Unidade	2				R\$ 25,91	R\$ 51,82	Maria Erimestina Alves Fidelis
43	Nível de precisão a laser com projeção de 3 linhas com nivelamento automático	600384	Unidade	2				R\$ 1.090,00	R\$ 2.180,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
44	Escantilhão de 3 metros para execução de alvenaria em aço galvanizado composto de régua IW8 e tripé.	439999	Unidade	2				R\$ 546,00	R\$ 1.092,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
45	Talhadeira de aço, com comprimento total de 14" POL, peso: 0,90 KG, com apunhadura.	612462	Unidade	2				R\$ 22,00	R\$ 44,00	Maria Erimestina Alves Fidelis
46	Martelete Tipo Rompedor, com potência: 1.510 W e tensão de alimentação de 110 V.	608650	Unidade	1				R\$ 1.062,52	R\$ 1.062,52	Maria Erimestina Alves Fidelis
47	Serra Circular com disco 185mm, potência: 1.800 W, rotação: 5.800 RPM e tensão de alimentação 110 V.	481205	Unidade	1				R\$ 557,10	R\$ 557,10	Maria Erimestina Alves Fidelis
48	Vibrador portátil para concreto, 2200 W com Mangote de 3,5 metros, motor Elétrico, comprimento da ponta tubo: 380 MM, diâmetro da ponteira vibratória: 32 MM	305056	Unidade	1				R\$ 3.684,40	R\$ 3.684,40	Maria Erimestina Alves Fidelis
49	Capacete de Segurança em Polietileno de Alta Densidade na cor branca, fixação de jugular com três pontas e adaptador de lanterna.	403735	Unidade	35				R\$ 58,37	R\$ 2.042,95	Vívia Gemiliano Pinto
50	Esquadro de pedreiro com régua em aço e cabo plástico	217677	Unidade	4				R\$ 19,99	R\$ 79,96	Vívia Gemiliano Pinto
51	Lápis de madeira tipo carpinteiro	285253	Unidade	24				R\$ 1,85	R\$ 44,40	Vívia Gemiliano Pinto
52	Cortador de azulejo manual em aço com 60cm	439384	Unidade	1				R\$ 330,00	R\$ 330,00	Vívia Gemiliano Pinto
53	Torquês em aço forjado e temperado, tipo armador, 12"	249985	Unidade	5				R\$ 37,11	R\$ 185,55	Vívia Gemiliano Pinto
54	Misturador elétrico de argamassa 60 litros, em alumínio fundido, trifásico	444990	Unidade	1				R\$ 955,44	R\$ 955,44	Vívia Gemiliano Pinto
55	Martelo de borracha com cabo de madeira	380101	Unidade	2				R\$ 23,67	R\$ 47,34	Vívia Gemiliano Pinto
56	Espaçador de azulejo em plástico rígido, 5mm para revestimento cerâmico pacote com 100 un	293624	pacote	1				R\$ 3,20	R\$ 3,20	Vívia Gemiliano Pinto

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE JUIZ DE FORA	ITEM NO PGC 2024 - JFA	QUANTIDADE MANHUAÇU	ITEM NO PGC 2024 - MNU	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	SOLICITANTE RESPONSÁVEL
57	Serra Mármore Potência: 1.450 W Voltagem: 220 V	481427	Unidade	1				R\$ 469,87	R\$ 469,87	Vivian Gemiliano Pinto
TOTAL									R\$ 47.747,92	

aATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(UASG-158123) INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE
DE MINAS GERAIS - CAMPUS MANHUAÇU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS MANHUAÇU, com sede na Rodovia BR 116, Km 589,8 – Distrito Realeza – Manhuaçu /MG. CEP: 36909-300 inscrito no CNPJ sob o no 10.723.648/0008-16, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ferramentas agrícolas e agropecuárias, especificado no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo I do edital de Licitação nº/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS MANHUAÇU UASG 159123.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS – CAMPUS JUIZ DE FORA.

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir

seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Manhuaçu - MG, / /2024.

Assinaturas

<p>José Geraldo Soares</p> <p>Diretor-Geral IF Sudeste MG</p> <p>Câmpus Manhuaçu</p>	<p>EMPRESA</p> <p>CNPJ:</p>
--	-----------------------------

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade